

FAMÍLIA: mudanças e permanências*

Hilda Célia de Oliveira

Especialista em Sociologia e Sociologia da Educação.

resumo

Este artigo procura demonstrar as mudanças e permanências na história de vida de duas gerações, enfatizando as relações de poder e autoridade no cotidiano familiar. Além da parte teórica, contempla considerações, a partir de levantamento de dados sobre três famílias de trabalhadores urbanos da cidade de Ibiporã, na região norte do Paraná.

Palavras-chave: família; cotidiano; poder; autoridade.

BREVES NOTAS DOS ESTUDOS SOBRE FAMÍLIA

Definir família não é fácil. Sendo estudada pelas mais diversas disciplinas, permite abordagens variadas com ênfase nos mais diferentes aspectos. Assim, a economia vê a família como unidade de produção e de consumo; a antropologia enfoca, principalmente, a questão do parentesco; para a demografia, a família torna-se o *locus* de reprodução biológica; a psicologia privilegia-a como o local para a estruturação da personalidade.¹ No debate sociológico, os estudos sobre família seguem diversas tendências e denotam preocupações variadas quanto à realidade desse grupo da sociedade capitalista.

A princípio, na sociologia européia, compararam-se vários estudos de caso de diferentes regiões da Europa em que se relacionaram os modelos de família encontrados com os aspectos ecológicos respectivos de cada região. Assim, de acordo com CESÁRIO (1982), nas áreas de pastagens predomina a família patriarcal, nas regiões costeiras a família nuclear, e, nas florestas, a família instável.

Ainda nas discussões efetuadas por Cesário, autores, como Le Play, percebem que a desorganização que atinge a família ocorre pela mudança da estrutura mais ampla, ou seja, a crise familiar é acompanhada pela instabilidade na sociedade global. Aparecem, então, sob um tom salvacionista, antídotos para resguardar a família dos efeitos nocivos da sociedade em mudança.

Durkheim, investindo em uma investigação científica mais apurada, diferencia o desenvolvimento da família

parental da família conjugal, havendo, na última, uma maior divisão de trabalho, com menor concentração das funções da família, ou seja, a divisão do trabalho mais complexa resultaria na solidariedade orgânica, onde as atividades profissionais e ocupacionais são mais valorizadas, e determinadas funções exercidas pela família seriam desempenhadas por outras instituições. Sendo assim, as corporações, a escola entre outras, estariam substituindo funções antes pertencentes ao grupo familiar.²

A essa transferência de funções a Escola de Chicago se refere como sendo um fator de desintegração da cultura tradicional, melhor dizendo, sob o efeito da urbanização a solidariedade familiar baseava-se no afeto mútuo, na interdependência emocional, na compreensão condescendente, na compatibilidade temperamental e no consenso sobre valores objetivos. Agora, cada membro da família dedica-se a seus próprios interesses e as relações dentro da família adquirem o mesmo caráter das relações fora dela. (POSTER, 1979)

LASCH (1991), ao recapitular os estudos sobre família realizados nos Estados Unidos, verifica que até os anos 20 a sociologia, naquele país, permaneceu alheia aos acontecimentos contemporâneos. Dessa forma, a discussão sobre a família girava em torno da teoria matriarcal, tendo como expoentes Bachofen e Morgan, o que provocou implicações políticas compatíveis com as discussões feministas e socialistas da época. Segundo o autor, opositores a esta teoria consideravam a família como um produto temporário de uma etapa especial do desenvolvimento econômico, ou seja, com a eliminação do capitalismo a família também desapareceria.

Há, nesse momento, um desencanto em relação às teorias que discutem a origem da família, voltando-se então

* O texto é uma adaptação da monografia intitulada *Família: mudanças e permanências na história de vida de duas gerações*, apresentada como trabalho de conclusão do curso de Especialização em Sociologia e Sociologia da Educação, da UEL, em outubro de 1997, sob orientação da professora Ana Maria C. de Almeida.

a atenção para o exame da instabilidade da família moderna e questionando-se o fim da autoridade patriarcal baseada na religião e na propriedade, juntamente com a instabilidade do matrimônio monogâmico.

Ainda segundo Lasch, com a Primeira Guerra Mundial há uma crítica às teorias evolucionistas, surgindo uma sociologia empírica da urbanização, bem como o desenvolvimento da análise funcionalista. De acordo com esta perspectiva, a família deveria cumprir com as funções econômica, educativa, religiosa, protetora e recreativa de seus membros, passando a inspirar muitos estudos que enfocam a desintegração gradual da organização familiar extensa e a tendência da consolidação da família nuclear, enfatizando os papéis assumidos por seus membros e o desempenho destes. Desta forma, o importante é a organicidade e as funções desempenhadas pela família, prevalecendo, então, o equilíbrio e, não, o movimento.

É dessa forma que algumas análises clássicas³ enfatizam que a família, enquanto uma instituição com funções de socialização, reprodução, manutenção física e de controle de seus membros, cuja ação se volta para a manutenção do *status quo*, está sendo ameaçada.

Segundo as análises de DURHAN (1980), para estes autores clássicos, com o avanço do capitalismo e a conseqüente separação entre o mundo doméstico e o da produção, representado pela fábrica, a família progressivamente estaria perdendo funções que até então exercia. Assim, além da necessidade de sua reorganização enquanto grupo produtivo com a inserção da mulher no mercado de trabalho, várias de suas funções de socialização como, por exemplo, a educação dos filhos, passariam a ser confiadas a outras instituições, como a escola.

Em resumo, essas perspectivas de análise ressaltam a necessidade de se resguardar a família dos efeitos nocivos das mudanças da sociedade global, com sua conseqüente desorganização, tendo em vista o papel integrador que esse grupo assume na sociedade. Na realidade, essas discussões estão muito relacionadas aos debates funcionalista e marxista sobre a família. (CESÁRIO, 1982) Nesse sentido, estabelecer-se-ia, através desses debates, uma visão dicotômica a respeito desse grupo social.

Para a tendência marxista, a família seria analisada a partir das relações que ela mantém com a estrutura de produção capitalista, com o processo de produção de mais-valia. Desse modo, a ênfase recai nas relações de classes, bem como nos aspectos constitutivos destas, dirimindo, portanto, a importância do papel socializador e integrador desse grupo, enfatizado pela perspectiva anterior. Sob esta perspectiva, a fim de garantir a propriedade privada, pedra angular do capitalismo, a família burguesa tomaria a forma patriarcal e monogâmica, ou seja, a lógica da produção estaria diretamente relacionada à forma de organização familiar. (idem) Haveria, assim, um deslocamento da discussão, a saber, do grupo familiar para as classes sociais.

As análises de ENGELS (1982) sobre o processo de construção do modelo de família burguesa seguem nessa mesma direção, quando demonstram que a consolidação desse modelo, baseado na família patriarcal monogâmica, objetiva garantir a propriedade privada, fator que se estabe-

lece pela evolução do direito paterno da herança e da propriedade privada.

As análises de POSTER (1979) apontam para outra tendência. Segundo este autor, Wilhelm Reich, buscando aproximar a psicanálise ao marxismo, afirma que a couraça do caráter é determinada pela família. Assim, a família, ao apresentar características de moralidade sexual negativa, leva a criança a lidar com a repressão sexual, desenvolvendo uma personalidade que impede a plena satisfação dos instintos. Como aponta Poster, para Reich a vida sexual e familiar é resultado indireto da sociedade de classes, sendo que essas atuam em relativa autonomia para sustentar o capitalismo:

“A severa repressão parental da sexualidade infantil leva à formação de uma couraça de caráter que, por sua vez prepara para os apelos ulteriores de políticos autoritários. (...) Indivíduos sexualmente reprimidos acreditam no dever e na obediência, e são vulneráveis, por exemplo, aos apelos de um Hitler”. (REICH apud POSTER, 1979, p.69)

Poster critica em Reich o fato de que este “não foi capaz de explicar as diferenças de classes em termos psicológicos porque não definiu adequadamente as categorias estruturais da família”. (POSTER, 1979, p.71)

Comentando sobre a Escola de Frankfurt, especialmente Horkheimer, Poster enfatiza que esta escola entendia família como “centro de dominação que brutalizava as crianças em preparação para a aceitação submissa da sociedade de classes” (idem, p.73), considerando que a liberdade natural era destruída pela família através da autoridade dos pais sobre os filhos. Porém, para Poster, Horkheimer utilizou-se de conceito impróprio de liberdade ou emancipação, que é definida como autonomia do indivíduo.

Na realidade, todo esse debate, bem como a valorização das análises sociológicas que remetem às contradições das classes no sistema capitalista de produção, reduzem o valor explicativo da instituição família com uma interpretação linear.

Para CESÁRIO (1982), a família vista como unidade de produção torna-se fator decisivo para a reprodução das condições de produção, porém a concepção marxista deixou de focar a família como unidade de produção, pois as funções produtivas encontram-se fora da família, visto que agentes individualizados e a coletividade são apreendidos via conceito de classe.

Entretanto, estudos sociológicos e antropológicos mais recentes apontam para a recuperação das análises sobre esse grupo nas sociedades urbano-industriais, visto que têm demonstrado ser a família uma unidade de produção, de reprodução e de consumo, importante na sociedade atual. (DURHAN, 1980; CESÁRIO, 1982)

As análises de CARVALHO (1992) a respeito do casamento e das relações familiares demonstram como, na sociedade atual, os papéis e as funções da família e de seus membros são reelaborados. Segundo a autora,

“O homem das camadas dominantes, do século XIX, garantiu seu poder e honra pela posse da mulher e

pela respeitabilidade sexual. Dono da mulher e fiscal dos filhos, ele tornou-se guardião ciumento reprimindo, muitas vezes com violência, todos os que contestassem as ordens da conduta masculina". (CARVALHO, 1992, p.73)

Ainda de acordo com Carvalho, coube à mulher as tarefas de procriação e socialização. Subjugada ao marido, era ela a responsável pela manutenção de valores tradicionais em relação ao sexo, à estabilidade conjugal e à responsabilidade pelos filhos. Porém, com a industrialização, esse modelo foi substituído pela família conjugal moderna, oposto àquela, reduzida ao casal e filhos.

"Assim, na família brasileira reproduziu-se por outro viés, o padrão da moderna família nuclear em que os papéis do marido e da mulher são complementares, porém desiguais. O homem, considerado o chefe da família, representa a autoridade que controla a mulher e os filhos, cujas vontades individuais se encontram, pelo menos teoricamente, submetidas à sua vontade. Restrita à esfera privada e dependente economicamente". (idem, p.74)

A respeito destas questões, DURHAN (1980) argumenta que, se por um lado as funções produtivas passaram a se realizar fora do grupo familiar, isto é, através da venda de força de trabalho e conseqüente assalariamento de seus membros, por outro, a família se tornou um elemento decisivo para a reprodução das condições de produção do próprio grupo e da sociedade, visto que a soma dos rendimentos desses membros não só permite a obtenção de níveis de consumo que possibilitam a reprodução física da força de trabalho como também permite a sobrevivência do grupo. Conseqüentemente, torna-se possível garantir a reprodução das condições mais amplas de produção da sociedade, na medida em que seus membros conseguem repor, pela soma dos rendimentos, as energias necessárias para a execução de suas tarefas de trabalhadores, de forma que a família seria um grupo organizado com base em quatro unidades interconectadas: 1) unidade de reprodução física da força de trabalho; 2) unidade de produção relacionada à produção doméstica; 3) unidade de consumo para repor a energia consumida; 4) unidade de rendimentos, compreendida como renda familiar total obtida pela somatória dos salários individuais, de modo a permitir o consumo do grupo.

Nesse sentido, como aponta CESÁRIO (1982), a família, nas condições atuais do desenvolvimento da sociedade capitalista, não estaria em desagregação, mas respondendo de formas específicas às crises e mudanças da sociedade. Esse grupo reelabora práticas sociais, estabelece redes de sociabilidade, atribui e incorpora significados através dos quais dá sentido à existência individual e coletiva de seus membros. Dessa forma, o grupo familiar pode ser considerado um núcleo de tensões e conflitos, mas também o lugar da construção da identidade individual e coletiva.

Sob esta ótica, estudos recentes sobre famílias operárias e de classe média, no meio rural e urbano, resgatam questões importantes, tais como estratégias de sobrevivên-

cia, funções e papéis do homem e da mulher e trabalho feminino e masculino, dentre outras.

No Brasil, alguns trabalhos voltaram-se para o estudo dos tipos de família constituídos a cada momento histórico.

"É assim que até o século XIX, a família patriarcal mantinha-se como tipo fixo, onde os personagens, uma vez definidos, apenas se substituíam no decorrer das gerações, sendo este tronco de onde brotavam todas as demais relações sociais, instituídas nas grandes unidades agrárias, com grande aglomerado de pessoas que incluía parentes, criados, agregados, como membros da família, com a predominância da do marido, as alternativas de realização pessoal da mulher ficam limitadas a seu papel de mãe e dona de casa, onde contudo ela nunca exerce autoridade total". (CORREA, 1981)

Contudo, esta estrutura familiar tradicional vem se modificando ao longo do processo de industrialização, com a entrada da mulher no mercado de trabalho, transformando os valores e a organização familiar, principalmente em populações de baixa renda, trazendo em sua prática várias inovações no comportamento social, como aponta CARVALHO (1992, p.76):

"Os padrões familiares (...) são tradicionais apenas na forma pois, na prática social, o seu significado se reveste de conteúdos inovadores [sendo] as relações familiares fundamentais para a reprodução do operário, não só no aspecto econômico mas também social e político".

Estas mudanças tiveram início em fins do século XIX e permanecem até nossos dias, sendo caracterizadas pelo aumento do número de divórcios, queda da natalidade nas classes mais altas, instável posição da mulher, revolução moral, incorporação da mulher no mercado de trabalho, delegação dos cuidados das crianças às instituições, desafio à ética sexual predominante com a nova moral. Todos estes aspectos levam LASCH (1991) a afirmar que a família tornou-se uma instituição incompetente. De acordo com suas próprias palavras,

"A socialização da produção (processo industrial) sob o controle da indústria privada proletarizou a força de trabalho da mesma maneira que a socialização da reprodução proletarizou a paternidade, tornando as pessoas incapazes de prover suas próprias necessidades sem a supervisão de especialistas profissionais". (LASCH, 1991, p.43)

Em outros termos, a crise da família expressou-se principalmente pela perda da autoridade do pai, assumindo a comunidade funções que a família já não conseguia desempenhar sozinha.

Para Lasch, "as relações dentro da família adquiriram o mesmo caráter das relações fora dela, o individualis-

mo e a perseguição do interesse próprio reinavam até na instituição mais íntima”. (idem, p.50)

Essas assertivas sobre as transformações pelas quais a família vem passando, bem como os problemas que envolvem atualmente esta instituição, indicam a necessidade de perceber como se estabelecem as múltiplas formas de dominação que envolvem o cotidiano da família dentro de uma lógica própria.

Esse tipo de análise focaliza o poder na forma como ele é exercido concretamente, suas especificidades, mecanismos, técnicas e táticas elaborados nas relações cotidianas. É preciso pensar para além do poder exercido pela dominação política, ou seja, existem “mecanismos e técnicas de exercício de poder, que se diferenciam do Estado e de seus aparelhos e que não estão, necessariamente, localizados em um ponto da estrutura social” (ALMEIDA, 1993, p.10) mas que podem ser percebidos nos mais variados campos, visto que em cada campo se estabelece “um espaço de lutas, de disputas pela apropriação e monopólio de seu capital específico”. (BRIOSCHI & TRIGO, 1989, p.17)

Nesse sentido, campo, no presente trabalho, é definido segundo a ótica de BOURDIEU (1989), isto é, como um espaço social em que os agentes se situam, vivem relações de forças e lutam pelo capital anteriormente acumulado, e, dependendo do posicionamento de seus agentes, haverá maior ou menor possibilidade de reunir condições para esta luta. Nas palavras do autor:

“Pode-se descrever o campo social como um espaço multidimensional de posições tal, que qualquer posição actual pode ser definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas cujos os valores correspondem aos valores das diferentes variáveis pertinentes”. (BOURDIEU, 1989, p.135)

Sendo assim, a família seria apenas um desses campos de poder que mantêm relações com o restante da sociedade. Porém, o estudo da questão familiar adquire importância fundamental, por ser a instituição onde se realiza a primeira socialização.

Referindo-se à primeira socialização, BERGER & LUCKMANN (1994, p.174 e seg.) argumentam que é através dela que o indivíduo se torna membro da sociedade, pela predisposição que tem, interiorizando as regras e normas sociais.

Os valores socioculturais são adquiridos na família e reelaborados de uma forma muito peculiar, exteriorizados através de práticas específicas por um corpo de representações formadas ao longo de um processo de socialização no qual foram interiorizados individualmente.

Ocorre a interiorização quando há identificação e se estabelecem laços afetivos com outros agentes significativos. É assim que a “primeira socialização conduz à confiança nas pessoas significativas e nas situações criadas por elas, de modo tal que a família torna-se para a criança simplesmente ‘o mundo’, ou seja uma realidade indubitavelmente real, permanecendo seus valores por mais que o indivíduo se afaste dele”.⁴ (BERGER & LUCKMANN, 1994)

Os valores, idéias e normas interiorizados ao longo de um processo de socialização vão constituindo um siste-

ma simbólico ou de representações que é constantemente reelaborado na vida cotidiana, possibilitando a construção da identidade do ser. Tendo por base que a vida humana é essencialmente convivência, o homem se define pela participação e comunicação com os outros seres e, segundo BERGER & LUCKMANN (idem, p.173)

“‘Estar em sociedade significa participar da dialética da sociedade’. Sociedade aqui é representada em três momentos: exteriorização, objetividade e interiorização, num processo dialético que ocorre simultaneamente, onde o indivíduo exterioriza seu ser e interioriza a realidade objetiva”.

A família desempenha o papel de intermediar valores, normas, hábitos, costumes que são interiorizados e exteriorizados pelos indivíduos, através de sistemas simbólicos, que, para BOURDIEU (1989, p.9), são “instrumentos de conhecimento e de comunicação e que só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados”.

Isto quer dizer que a construção da realidade se dá à medida que os indivíduos interiorizam a estrutura e, através de suas práticas cotidianas na defesa dos interesses que lhes são próprios, exteriorizam esta realidade de forma modificada, estabelecendo uma “*dialética da interioridade e da exterioridade, isto é, da interiorização da exterioridade e da exteriorização da interioridade*”. (BOURDIEU, 1983, p.60 - grifos do autor)

Para formular esta teoria, que rompe tanto com o objetivismo quanto com o subjetivismo, Bourdieu utiliza o conceito de *habitus*, que significa um “Sistema de *disposições* duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações.” (idem, p.60-61 - grifo do autor)

Bourdieu argumenta: “Cada agente, quer ele saiba ou não, (...) é produtor e reproduzidor de sentido objetivo: porque suas ações (...) são o produto de um *modus operandi* do qual ele não é o produtor e do qual não tem domínio consciente, encerram uma ‘intenção objetiva’, como diz a escolástica, que ultrapassa sempre suas intenções conscientes”. (idem, p.72)

Nessa perspectiva, há que se ter claras as relações existentes entre os diferentes campos de ação que fortalecem ou modificam o *habitus* de cada indivíduo na sua relação com a sociedade. Se, por um lado, as relações externas da família possibilitam perceber sua inserção no contexto histórico, as relações internas entre seus membros possibilitam a maior compreensão da própria formação do *habitus*, que, sendo primário, isto é, advindo do grupo familiar, “é por isso mesmo mais decisivo, uma vez que passa a condicionar todo o aprendizado posterior que se dá na escola, na convivência com o grupo de amigos, nas relações de trabalho, etc.” (BRIOSCHI & TRIGO, 1989, p.15)

Mais ainda, tais relações permitem entender com maior clareza as mudanças e permanências ocorridas no interior desse grupo.

CONSIDERAÇÕES ACERCA DA PESQUISA

As análises contidas na monografia indicam que, apesar da constatação de significativas mudanças nas relações de poder e autoridade entre as duas gerações pesquisadas, se comparadas com as que prevaleciam em gerações anteriores, quando a família de origem ainda vivia no meio rural, permanece a representação da família como refúgio, edificada na união de seus membros e na ajuda mútua para resolver os problemas individuais e coletivos.

Contudo, no cotidiano familiar essas pessoas vivem muitos conflitos, que, de um lado, expressam a situação de carência socioeconômica do grupo e, de outro, refletem as relações ambíguas e de luta pelo poder e pela autoridade do marido sobre a mulher, do pai sobre os filhos, dos mais velhos sobre os mais jovens, dos que trabalham sobre os que não trabalham, evidenciando, desta forma, os valores mais amplos da sociedade.

Melhor dizendo, apesar de a família constituir-se um grupo onde é possível, para esses trabalhadores, o estabelecimento de um espaço de manobras para garantir a sobrevivência, ela reflete, também, os valores e representações da sociedade que estão presentes nas histórias de vida dos entrevistados.

Conforme foi possível perceber, confirma-se nas duas gerações o exercício da autoridade dos pais sobre os filhos, porém sob nova roupagem. Pois, se na representação dos pais os filhos devem-lhes irrestrita submissão, sabem, no entanto, que os métodos utilizados para tanto já não podem ser os mesmos empregados antigamente.

Quando a primeira geração ainda residia no meio rural com suas famílias de origem, essa autoridade se mantinha através do medo e da força física, assentada ainda no modelo de relações patriarcais predominante na sociedade. Na situação presente, esta relação vem se modificando, rompendo o temor dos filhos pelos pais e estabelecendo como tendência, no grupo, relações mais amistosas e acentuando valores como o diálogo e a amizade, mesmo que isto não seja ainda muito freqüente, já que a força física continua sendo utilizada na socialização dos filhos.

Esse processo de transformação dos valores e representações, embora ainda não finalizado, é evidenciado na imagem que a nova geração faz do pai. Se, para a primeira geração, o pai era "bravo", "ruim", para a segunda geração, que vive uma realidade socioeconômica caracterizada pela vida na cidade, pelo trabalho urbano, pelo acesso aos meios de comunicação e diferentes formas de lazer, o pai tornou-se "legal" e aquele que "segura as pontas".

Se prevalece o respeito aos pais, mesmo que de uma forma diferente daquela que eles consideram a mais correta, entre os filhos, segunda geração, a casa torna-se um espaço significativo de luta para romper com os privilégios dos mais velhos e dos que trabalham, buscando o estabelecimento de relações mais igualitárias. Por isso, é comum observar a existência de relações conflituosas entre os irmãos e a insatisfação dos pais quanto ao comportamento dos filhos.

Essa situação pode ser explicada pelas exigências de sobrevivência do grupo, na medida em que a soma de rendimentos é fundamental para atender as necessidades da família. Porém, os filhos que trabalham, ao incorporarem a defesa de seus interesses e a busca por maior autonomia, acabam gastando seu salário com o consumo próprio e contribuindo muito pouco com a manutenção dos membros da família. O que resulta em uma situação de insatisfação da primeira geração em relação à conduta da segunda geração.

Outro ponto que chama a atenção é o deslocamento das preocupações que atingem a primeira geração. Ao viverem, no passado, uma forte repressão por parte de seus pais, que utilizavam a força física e o medo para a manutenção do controle, visando sobretudo resguardar os princípios de moralidade, principalmente em relação à sexualidade, atualmente procuram utilizar o diálogo, ainda que de forma restrita, concomitante com a repressão física como uma forma de alertar e orientar seus filhos quanto aos perigos das drogas e da violência do mundo atual, procurando controlar a escolha das amizades.

Acredita-se que, possivelmente, por causa de todos esses fatores, houve mudanças significativas com relação à representação sobre casamento. Enquanto que para a primeira geração o casamento significava a única forma de romper com a forte repressão imposta por seus pais, para a segunda geração o casamento é muito associado ao amor romântico e à realização afetiva. Portanto, as mudanças e permanências nos valores e representações constatadas nas duas gerações estão relacionadas às condições socioeconômicas específicas vivenciadas ao longo de suas trajetórias de vida.

Se, para os pais, a influência da vida rural é um componente fundamental para entender suas condutas e comportamentos em relação aos filhos, para estes são as relações que se estabelecem na cidade que influenciam fortemente a maneira com que interpretam as relações familiares e os papéis que assumem dentro do grupo.

A família, assim como as diferentes gerações, reproduzem as relações objetivas da sociedade, mas respondem de formas específicas às suas crises e mudanças.

Ao estudar famílias de trabalhadores urbanos de uma cidade do norte do Paraná, este trabalho apenas levantou alguns aspectos referentes às relações familiares, especialmente àquelas referentes ao exercício do poder e da autoridade dos pais sobre os filhos. Dessa forma, não encerramos o tema, mas buscamos contribuir com o debate sociológico sobre as relações familiares, cientes de que muitos outros aspectos podem ser abordados em trabalhos posteriores.

NOTAS

- ¹ Para um aprofundamento dessa discussão ver CORREA (1981).
- ² Discussão feita por Cesário, que pode ser comprovada em Durkheim em *A divisão social do trabalho*.
- ³ Refiro-me aqui à Escola Clássica Funcionalista representada por autores como Durkheim, Spencer, Comte entre outros.
- ⁴ Esta expressão é usada pelos autores ao discutirem o processo de interiorização da realidade através da socialização primária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Ana Maria C. De. “‘Família’ – A construção de um campo ético e normativo”. *Boletim do Centro de Letras e Ciências Humanas*, Londrina, v.25, p.7-25, jul./dez. 1993.
- BERGER, Peter L. & LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 11.ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. “Esboço de uma teoria da prática”. In: ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p.46-81. (Col. Grandes Cientistas Sociais)
- _____. *O poder simbólico*. Lisboa: DIFEL, 1989.
- BRIOSCHI, Lucila Reis & TRIGO, Maria Helena Bueno. *Família: representação e cotidiano – reflexão sobre um trabalho de campo*. São Paulo: CERU/USP, 1989.
- CARVALHO, Marília Gomes de. *As vicissitudes da família na sociedade moderna*. Estudo sobre o casamento e suas relações familiares. São Paulo, 1992. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo.
- CESÁRIO, Ana Cleide C. “Família. A necessidade de uma categoria sociológica esquecida”. *Boletim do Centro de Letras e Ciências Humanas*, Londrina, v.4, p.16-22, maio. 1982.
- CORREA, Mariza. “Repensando a família patriarcal brasileira”. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v.37, p.5-16, 1981.
- DURHAN, Eunice R. “Família operária: consciência e ideologia”. *Dados*, v.23, n.2, p.201-213, 1980.
- ENGELS, F. “A família monogâmica”. In: CANEVACCI, Massimo. (org.). *Dialética da família: gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- LASCH, C. *Refúgio num mundo sem coração*. Família, santuário ou instituição sitiada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- POSTER, Mark. *Teoria crítica da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.